



SEVER DO VOUGA

município
divisão financeira

bens e serviços

Fornecimento de Gás AQ 12/2022 – Lote 3 – Gás propano a Granel

Município de Sever do Vouga

Gabinete de Contratação Pública

Processo 50.2.59/2023

Tipo Consulta Prévia

Aprovação e conhecimento

Declaro ter conhecimento e aprovo o conteúdo do presente documento que compõe as peças do procedimento para o procedimento com referência 50.2.59/2023 para o **“Fornecimento de Gás - AQ 12/2022 – Lote 3 – Gás propano a Granel”**.

O Presidente da Câmara,

CONVITE

Consulta Prévia

Fornecimento de Gás – AQ 12/2022 – Lote 3 – Gás propano a Granel

1. Identificação do procedimento

1.1. O presente procedimento compreende a o fornecimento de gás, designadamente gás propano a granel, a que corresponde o **lote 3** ao abrigo do Acordo-Quadro para Fornecimento de Gás realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

1.2. O presente procedimento de Consulta Prévia é efetuado ao abrigo do “Acordo-Quadro de para Fornecimento de Gás” da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido Acordo Quadro.

2. Entidade Adjudicante

2.1. A entidade adjudicante é o Município de Sever do Vouga, com sede no Largo do Município, 3740-262 Sever do Vouga, e com os seguintes contactos:

Telefone:

+351 234555566;

Correio eletrónico:

cm.sever@cm-sever.pt;

Website oficial:

www.cm-sever.pt.

2.2. Para efeitos do presente procedimento os interessados e concorrentes devem dirigir as comunicações destinadas ao Município de Sever do Vouga e ao júri do procedimento através do e-mail indicado no ponto anterior.

3. Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Presidente, e em assonância com o determinado na alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP.

4. Disponibilização das peças do concurso

4.1. O processo de concurso encontra-se patente na morada indicada no n.º 2 do artigo 2.º, onde pode ser consultado entre as 9h00 e as 16h30 de cada dia útil, salvo interrupções de expediente.

4.2. O processo de concurso é constituído pelas seguintes peças:

4.2.1. O presente Convite.

4.2.2. O Caderno de Encargos.

4.2.3. Anexos, se aplicável.

4.3. Disponibilização: Todas as peças do procedimento serão disponibilizadas gratuitamente.

5. Esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais

Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e apresentar lista com a identificação expressa e inequívoca de erros e omissões,

caso sejam detetados até ao dia anterior ao termo do prazo para entrega das propostas, respeitando as condições previstas nos artigos 50.º e 116.º do CCP.

6. Documentos que constituem a proposta

6.1. Proposta de preço (modelo Anexo A).

6.2. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP (modelo Anexo I).

6.3. Comunicação se existem (e identificadas) outras entidades especialmente relacionadas (n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do CCP), poderá, caso assim o entenda, utilizar o Anexo B.

6.4. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.

6.5. Quando aplicável, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do art.º 54.º, n.º 7, da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

7. Propostas variantes

7.1. Não é admissível a apresentação de propostas que alterem quaisquer pontos, artigos ou cláusulas do Convite ou do Caderno de Encargos ou das condições fixadas noutros documentos que servem de base ao procedimento.

7.2. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

7.3. Para efeitos do presente concurso, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

8. Prazo e modo de apresentação da Proposta

8.1. A proposta bem como os documentos que a constituem deverão ser apresentados até às 17:00 horas do dia indicado no meio escrito e eletrónico de dados que serviu para o envio do convite (plataforma/e-mail).

8.2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através do mesmo meio utilizado para envio do convite (plataforma ou outra transmissão eletrónica e escrita de dados).

8.3. Quando os documentos não estiverem redigidos em língua portuguesa, serão acompanhados de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

8.4. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 27.º da Portaria 701-G/2009 de 29 de julho, **se** o meio utilizado for a plataforma.

8.5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao Município de Sever do Vouga, nos termos do art.º 137.º do Código dos Contratos Públicos.

9. Prestação da Caução

Não é exigida a apresentação de qualquer caução, atendendo ao disposto no n.º 2, do art.º 88.º do CCP, nem será realizada a retenção referida no n.º 3 do mesmo artigo.

10. Documentos de Habilitação

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação é solicitado ao Prestador de Serviços para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar:

10.1. Os documentos a que se refere o n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

10.2. Nos termos da Portaria N.º 200/2019, declaração do beneficiário efetivo (RCBE).

10.3. Indicação do Gestor do contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone.

11. Supressão de Irregularidades

Caso se verifique falta de algum documento cuja irregularidade não seja imputável ao adjudicatário, este tem um prazo adicional de 5 (dias) dias, conforme o disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 132º do CCP, para suprir a irregularidade sob pena de caducidade da adjudicação.

12. Objeto de Negociação se consulta prévia

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

13. Critério de Adjudicação

13.1. adjudicação será feita de acordo como o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta o **critério do monofator**, de acordo com o Modelo de Avaliação das propostas constantes do Anexo III, tendo em conta os seguintes subfatores:

i. Preço 90% (noventa por cento)

ii. Desconto 10% (dez por cento)

13.2. Critérios de desempate:

13.2.1. Em caso de igualdade de preço entre as propostas, a proposta vencedora será a que tiver o “valor do preço” mais baixo;

13.2.2. Mantendo-se o empate, a proposta vencedora será a que tiver o “desconto” mais alto.

13.2.3. Por último proceder-se-á ao sorteio presencial dos interessados, se os dois critérios não tiverem sido suficientes.

13.3. Regras do sorteio:

13.3.1. Notificação dos concorrentes empatados, do dia, hora e local para o sorteio;

13.3.2. O sorteio decorrerá na presença do júri;

13.3.3. O nome dos concorrentes com propostas de igual preço será escrito em papel de igual gramagem que será dobrado em dois e colocados em envelopes brancos e iguais. Os envelopes serão colocados em um saco opaco;

13.3.4. Um elemento do júri retira um envelope. E em voz alta menciona o vencedor;

13.3.5. Será lavrada ata e assinada por todos os presentes a qual fará parte integrante do Relatório Final.

14. Outorga do Contrato

Será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

15. Confidencialidade e segurança da informação

15.1. As partes comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.

15.2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e ou dos seus colaboradores, prestadores de serviço subcontratado, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis (incluindo o RGPD).

16. Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente caderno de encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, bem como legislação subsidiária.

17. Anexos

Anexo A – Modelo da Proposta

Anexo B - Modelo de declaração para verificação da existência de entidades especialmente relacionadas

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP

Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP

Anexo III - Modelo de Avaliação das propostas

Anexo A
MINUTA DA PROPOSTA

..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Consulta Prévia para **Fornecimento de Gás – AQ 12/2022 – Lote 3 – Gás propano a Granel**, a que se refere o convite com a referência **50.2.59/2023**, obriga-se a executar o referido serviço, de harmonia com o convite, caderno de encargos e proposta, e apresenta a seguinte proposta de preço:

- Preço unitário Gás propano a granel: _____ €/KG
- Desconto _____/kg

Às quantias supra acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(local),... (data),...

[assinatura]

ANEXO B

[Modelo de declaração para verificação da existência de entidades especialmente relacionadas]

Declaração

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

1 - Tomou conhecimento que por entidades especialmente relacionadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, consideram-se, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

2 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada não está especialmente relacionada com nenhuma outra entidade.

ou

2 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada está especialmente relacionada com as entidades a seguir identificadas:

- ...(*firma, número de identificação fiscal...*);

- ...(*firma, número de identificação fiscal...*);

- ...

- ...

4 - Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

5 - Que o Código de acesso à Certidão Permanente da ... é o seguinte: _____ - _____ - _____ .

... (local),... (data),... [assinatura (²)].

ANEXO I [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

Declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II - [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

Declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (³)] os documentos comprovativos de que a sua representada (⁴) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (⁵)].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(⁴) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(⁵) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - Modelo de Avaliação das propostas

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta o fator preço, desagregado pelos seguintes subfactores e pela seguinte ponderação:

- Preço gás propano a granel/kg proposto pelo concorrente com uma ponderação de 90%
- Desconto/kg proposto pelo concorrente com uma ponderação de 10%

Desagregação dos subfactores:

1. Preço Gás propano a granel/kg que será pontuado numa escala de 0 a 100 e calculado do seguinte modo:

- i. Se $PGP_i \leq 1,051 \text{ €}$ – 100 pontos
- ii. Se $PGP_i \geq 1,444 \text{ €}$ – 0 pontos

Expressão matemática de cálculo da pontuação do PGP:

$$PGP = [(1,444 - pgpi) / (1,444 - 1,051)] \times 100$$

Seja PGP_i – preço de venda do gás/kg proposto pelo concorrente.

1,051 é preço unitário mais baixo da amostra de preços recolhida da ERSE (25/09/2023-25/10/2023).

1,444 é média dos custos unitários para abastecimento dos depósitos, objeto do contrato em 2023.

Preço arredondado a três casas decimais, em euros (€).

2. Desconto por kg, que será pontuado numa escala de 0 a 100 e calculado do seguinte modo:

- i. Se Desconto $i \geq 0,200 \text{ €}$ – 100 pontos
- ii. Se Desconto $i \leq 0,001 \text{ €}$ – 0 pontos

Expressão matemática de calculado da pontuação do D:

$$Desconto = [(0,001 - desconto i) / (0,001 - 0,200)] \times 100$$

Seja Di – desconto por kg proposto pelo concorrente.

O desconto será igual independentemente da quantidade fornecida.

Desconto por kilo, arredondado a três casas decimais, em euros (€).

3. Expressão matemática de cálculo do fator preço:

$$F_{\text{preço}} = PGP \times 90\% + Desconto \times 10\%$$



Caderno de Encargos

Fornecimento de Gás AQ 12/2022 – Lote 3 – Gás propano a Granel

Conteúdo

| | |
|--|---|
| Artigo 1.º | 3 |
| Objeto | 3 |
| Artigo 2.º | 3 |
| Forma e documentos contratuais | 3 |
| Artigo 3.º | 3 |
| Duração do contrato | 3 |
| Artigo 4.º | 4 |
| Obrigações do adjudicatário | 4 |
| Artigo 5.º | 5 |
| Obrigações da entidade adjudicante | 5 |
| Artigo 6.º | 5 |
| Patentes, licenças e marcas registadas | 5 |
| Artigo 7.º | 5 |
| Alterações ao contrato | 5 |
| Artigo 8.º | 5 |
| Cessão da posição contratual | 5 |
| Artigo 9.º | 6 |
| Subcontratação | 6 |
| Artigo 10.º | 6 |
| Preço base | 6 |
| Artigo 11.º | 6 |
| Artigo 12.º | 6 |
| Preço e condições de pagamento | 6 |
| Artigo 13.º | 7 |
| Boa-fé | 7 |
| Artigo 14.º | 7 |
| Uso de sinais distintivos | 7 |
| Artigo 15.º | 7 |
| Conformidade e operacionalidade dos serviços | 7 |
| Artigo 16.º | 7 |
| Especificações técnicas | 7 |
| Artigo 17.º | 7 |
| Local de entrega e condições de fornecimento e prazo | 7 |
| Artigo 20.º | 8 |
| Sanções | 8 |
| Artigo 21.º | 8 |
| Resolução sancionatória por incumprimento contratual | 8 |
| Artigo 22.º | 9 |
| Comunicações e notificações | 9 |
| Artigo 23.º | 9 |
| Cláusula arbitral e foro competente | 9 |
| Artigo 24.º | 9 |
| Legislação aplicável | 9 |

Caderno de Encargos

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de o fornecimento de gás, designadamente gás propano a granel, ao abrigo do Acordo-Quadro de Fornecimento de Gás celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, designadamente, referente ao LOTE 3 do AQ 12/2022.
2. Além do fornecimento do gás propano a granel, inclui serviços de montagem e instalação (incluindo todos os trabalhos de construção civil) de seis reservatórios, em regime de comodato, totalmente equipados com todos os acessórios necessários ao seu bom funcionamento e cumprimento das disposições regulamentares, com execução de rede de distribuição e instalação de gás proveniente da área de armazenamento até à válvula de corte a instalar e ligação à rede existente, para alimentação do aquecimento dos edifícios.

Artigo 2.º

Forma e documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - 2.1. Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - 2.3. O presente caderno de encargos;
 - 2.4. A proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo-Quadro.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Artigo 3.º

Duração do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão de todas as obrigações em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato este produz efeitos a partir da data da última assinatura digital e mantém-se em vigor até que ocorra uma de duas situações:
 - 1.1. Atingir o limite efetivo do contrato, ou seja, € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros), acrescido de IVA ou

1.2. Atingir o prazo 1095 dias (3 anos), nos termos do n.º 1 do art.º 440.º do CCP.

Artigo 4.º

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
 2. Constituem obrigações do adjudicatário as previstas no caderno de encargos do acordo quadro.
 3. Constituem ainda obrigações do adjudicatário: as previstas no presente caderno de encargos.
 4. Fornecer gás, nos locais definidos, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, designadamente os parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela ERSE, os requisitos técnicos e níveis de serviço mínimos definidos no caderno de encargos do Acordo quadro e neste caderno de encargos em especial.
 5. Disponibilizar registos de leituras de contagem de gás, quando aplicável, preferencialmente por telecontagem com acesso via Web, à entidade adquirente nos termos previstos no presente caderno de encargos e confirmar/verificar atempadamente a capacidade de cada um dos reservatórios necessários.
 6. Se necessário, fornecimento e instalação de reservatórios de armazenamento de gás propano e rede até à válvula de segurança/corte das instalações de consumo, bem como a assistência e manutenção dos mesmos.
 7. Se necessário, fornecimento e instalação de mais do que um contador, nos reservatórios de gás propano, por forma a aferir o consumo de cada local.
 8. Será da responsabilidade do adjudicatário, além do fornecimento e instalação do depósito de armazenamento, todo o processo de licenciamento do reservatório e respetiva manutenção da rede, efetuando os necessários testes. Esses testes constam de análise aos reservatórios e restantes elementos, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos; caso não sejam detetadas discrepâncias será emitido pelo Município de Sever do Vouga uma declaração de aceitação em regime de comodato.
 9. Ficará ainda a cargo do adjudicatário, o transporte de abastecimento do reservatório para os locais identificados.
 10. O adjudicatário é responsável perante o Município de Sever do Vouga por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
 11. Não alterar as condições de fornecimento de gás propano a granel fora dos casos previstos no presente caderno de encargos.
 12. Prestar assistência técnica, de forma permanente.
 13. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento de gás propano a granel, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem.
 14. Comunicar ao Município de Sever do Vouga, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato celebrado e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a
-

sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a gestão do acordo quadro.

15. Comunicar ao Município de Sever do Vouga, a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão do contrato celebrado, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.

16. Disponibilizar ao Município de Sever do Vouga, toda e qualquer informação relevante para a gestão do contrato.

Artigo 5.º

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante, pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

Artigo 6.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

2. Caso o Município de Sever do Vouga venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Artigo 7.º

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

3. O contrato pode ser alterado por:

3.1. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;

3.2. Decisão judicial ou arbitral;

3.3. Razões de interesse público.

4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 8.º

Cessão da posição contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos estabelecidos no caderno de encargos do acordo-quadro de Fornecimento de Gás.

Artigo 9.º

Subcontratação

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Artigo 10.º

Preço base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de € 1,444 (um euro, quatrocentos e quarenta e quatro cêntimos)/kg.
2. A Entidade adjudicante obriga-se a pagar ao Cocontratante, o valor relativo a outras parcelas taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente taxas aplicadas no decurso do fornecimento de gás.
3. O preço contratual não incluirá os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Sever do Vouga nomeadamente, deslocação de meios humanos, alimentação, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 11.º

Revisão de preços

1. O preço contratual não será revisto durante a vigência do contrato, sendo, no entanto, admissível a revisão das parcelas descritas no número 2 da cláusula anterior, de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e/ou taxas e impostos fixados pelas entidades competentes a vigorar em cada ano civil.
2. As alterações ao preço contratual que resultem da atualização das tarifas das componentes de acesso à rede, estabelecidas pela ERSE, são as únicas alterações ao preço permitidas, devendo, no entanto, o fornecedor informar por escrito a Entidade Adjudicante sobre a razão dessas alterações.
3. Não poderá ser cobrada à Entidade Adjudicante qualquer custo pela comunicação das alterações.

Artigo 12.º

Preço e condições de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 2. O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.
-

Artigo 13.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 14.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Artigo 15.º

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato em conformidade com o caderno de encargos do acordo-quadro com as especificações do presente caderno de encargos.
2. Os produtos objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.

Artigo 16.º

Especificações técnicas

1. O Gás Propano a Granel será fornecido de acordo com os requisitos e especificações técnicas previstas no Acordo Quadro.

Artigo 17.º

Local de entrega e condições de fornecimento e prazo

1. O Gás Propano a Granel será fornecido na área territorial do Município de Sever do Vouga, Entidade Adjudicante, onde este possua reservatórios de gás, designadamente: no Edifício Vougapark, Piscinas Municipais de Sever do Vouga, Jardim de Infância de Silva Escura, Centro Escolar de Sever do Vouga, Centro de Saúde de Sever do Vouga e no Agrupamento de Escolas Sever do Vouga, de acordo com ANEXO..
2. O fornecimento será fornecido nos pontos de entrega constantes do Anexo, conforme as normas vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e em cumprimento dos parâmetros de qualidade definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), aprovado por Regulamento da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e no Regulamento das Relações Comerciais (RRC), e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
3. O fornecimento do Gás Propano a Granel será feito por meio de redes mecânicas de distribuição, ou a partir de descarga, para tanques, reservatórios de alimentação às referidas redes ou outras, da mesma natureza, cujo transporte para abastecimento é realizado por via marítima, ferroviária ou rodoviária e cuja verificação e quantificação do consumo é realizada com recurso a equipamentos de contagem de volume e convertida na unidade de energia Wh, ou múltiplo (kWh).

-
4. O fornecedor poderá fornecer o Gás Propano a Granel sob várias formas de transporte, através de rede mecânica, ou com o recurso a cisternas de alimentação à rede autónoma da Entidade Adquirente, cuja propriedade poderá ser desta ou outra, não existindo nesta nenhuma outra forma de alimentação, da rede de consumo, que não seja através de transfeço para os tanques reservatórios, que, são parte integrante da rede da Entidade Adjudicante.
 5. Todas as despesas e custos com a carga, transporte e descarga dos Gás Propano a Granel até ao local da respetiva entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Artigo 18.º

Interrupção do fornecimento

1. A Entidade Adjudicante pode solicitar a interrupção do fornecimento do Gás Propano a Granel sempre que se verifique uma alteração à natureza do ponto de consumo que justifique uma revisão do fornecimento.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Entidade Adjudicante deve comunicar ao fornecedor, através de carta registada com aviso de receção, o motivo da interrupção e o prazo de duração da mesma.
3. Sempre que houver interrupção de fornecimento não programada, o fornecedor emitirá no prazo de 10 (dez) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma.
4. Em caso de cessação do contrato independentemente do motivo que lhe der origem, o fornecedor obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante toda a assistência necessária na transição do fornecimento do Gás Propano a Granel ou a terceiro por esta designado, de modo que se garanta a continuidade do fornecimento sem a mínima perturbação e para que transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Artigo 19.º

Níveis de serviço e requisitos funcionais mínimos

O fornecedor obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no que diz respeito aos seguintes Regulamentos:

- a) Regulamento de Relações Comerciais (RRC),
- b) Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS); e
- c) Regulamento Tarifário.

Artigo 20.º

Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo-quadro.

Artigo 21.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo-Quadro.
-

2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 22.º

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico.

Artigo 23.º

Cláusula arbitral e foro competente

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos definidos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro de Fornecimento de Gás.

Artigo 24.º

Legislação aplicável

Em tudo o que se revelar omissa no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, aplicam-se as disposições constantes do Acordo Quadro, o disposto no Código dos Contratos Públicos na sua redação atual e demais legislação e demais legislações subsidiárias.

ANEXO

Especificações técnicas dos reservatórios e locais de fornecimento

O fornecimento do gás deverá ser feito nos locais abaixo indicados e de acordo com as seguintes características dos atuais reservatórios:

| Localização das Instalações/Ponto de entrega | Reservatório (Capacidade em m3) | Capacidade máxima em Kgs de cada reservatório | Tipo | Propriedade | Consumo anual estimado (kg) | Observações |
|--|---------------------------------|---|------------|-----------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Jardim de Infância de Silva Escura 40.757193, -8.392846 | 2,5 | 1.000 | Subterrado | PETROGAL | 2.000 | |
| Vougapark 40.705040, -8.359657 | 2,5 | 1.000 | Subterrado | PETROGAL | 1.300 | |
| Agrupamento de Escola de Sever do Vouga 40.726570, -8.365720 | 4,48 | 2.000 | Aéreo | PETROGAL | 4.000 | |
| Centro Escolar de Sever do Vouga 40.729881, -8.370364 | 2,5 | 1.000 | Subterrado | MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA | 1.000 | |
| Piscina Municipal 40.726372, -8.365412 | 11,1 | 5.000 | Aéreo | PETROGAL | 3.000 | colocação de 2 contadores |
| Jardim de Infância de Silva Escura 40.726372, -8.365412 | | | | | | |
| Centro de Saúde de Sever do Vouga 40.727097, -8.364220 | | | Subterrado | REPSOL | | |